

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº DE 2012
(Do Senhor Deputado PADRE TON)

“Requer a realização de audiência com os Srs. Ministros da Justiça e da Secretaria Geral da Presidência da República, para discutir medidas urgentes de elucidação do assassinato da líder extrativista Dinhana Nink e encaminhamentos para solução dos conflitos socioambientais e agrários que persistem na região denominada de Ponta do Abunã, nos Estados de Rondônia e Acre.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de Audiência com os Senhores Ministros da Justiça e da Secretaria Geral da Presidência da República, JOSÉ EDUARDO CARDOSO e GILBERTO CARVALHO, respectivamente, com a finalidade de discutir e encaminhar ações que resultem na identificação e punição dos responsáveis pelo assassinato da líder extrativista DINHANA NINK, ocorrido no último dia 30 de março, no distrito de Nova Califórnia, município de Porto Velho/RO, bem como na solução dos conflitos socioambientais e agrários que perpetuam na região denominada Ponta do Abunã.

JUSTIFICAÇÃO

O assassinato da líder extrativista Dinhana Nink, ocorrida no último dia 30 de março, atingida por um tiro de cartucheira no peito, foi mais do que anunciada. A própria vítima, ao denunciar as ameaças que vinha sofrendo, dizia que, se nada fosse feito pelas autoridades, seu fim estava próximo.

Na mesma região, há pouco mais de um ano, foi assassinado o líder Adelino Ramos, conhecido como Dinho, por pistoleiros enquanto comercializava sua produção na feira livre de Nova Califórnia. Na ocasião, foi criada a operação, denominada “Em Defesa da Vida”, com a finalidade de intensificar as ações de segurança na região e de acelerar os processos de regularização fundiária para, não apenas identificar e punir os culpados, mas também resolver o conflito que está na raiz da onda de violência.

Todavia, não se tem notícia sobre os resultados da tal operação, os relatórios prometidos jamais foram disponibilizados e as medidas, eventualmente adotadas, se mostram agora insuficientes e ineficazes. Portanto, espero que de um encontro desta Comissão e os Senhores Ministros

da Justiça e da Secretaria Geral da Presidência saiam encaminhamentos concretos que possam levar alento às famílias envolvidas no conflito na esperança de conquistar um pedaço de terra para trabalhar e viver dignamente.

Tendo em vista a importância do assunto em comento, espero poder contar com o voto dos Nobres Pares.

Sala das sessões, abril de 2012

PADRE TON
Deputado Federal